

ATA DA 048ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 2015  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Serafim Venzon, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

(Pausa)

Na ausência do deputado Serafim Venzon, o próximo orador inscrito é o deputado Antônio Aguiar, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente em exercício, deputado Mario Marcondes, sras. deputadas, srs. deputados, sr. presidente Gelson Merisio, que voltou do Japão, telespectadores da TVAL.

(Passa a ler.)

"Estamos iniciando o mês de junho com o outono já fazendo a transição para o inverno. As primeiras temperaturas abaixo de zero ocorrendo em várias regiões do estado, especialmente nas áreas mais altas como é o caso da serra catarinense e o planalto norte, que é a minha região. Nesta época podemos perceber o aumento dos problemas com doenças respiratórias, como são os surtos de gripe, as crises de asma, casos mais graves que resultam em pneumonias.

É uma época delicada para a saúde, especialmente para quem é menos favorecido, que tem uma casa mais simples está sujeito às intempéries, não tem agasalho adequado, aí, muitas vezes, surgem casos de doenças na família, e é preciso buscar ajuda.

Quando tais situações ocorrem, as pessoas recorrem ao apoio de postos de saúde, mas se o caso é grave elas acabam recorrendo ao hospital de sua cidade. Aí vão procurar socorro em assistência nos hospitais, que têm as portas sempre abertas para quem deles necessitam.

Uso essas figurações, que refletem um cenário absolutamente verdadeiro em todas as regiões do estado, e falo do frio, mas em outra época do ano poderíamos lembrar os efeitos do calor, de casos de crianças com desidratação, ou processos alérgicos. Na condição de médico ortopedista, que por muito já prestou serviços em plantões hospitalares, também poderia falar das pessoas acidentadas que recorrem aos hospitais quando só ali podem contar com o apoio essencial em momentos de grande infortúnio, como quando alguém sofre um acidente grave e tem fraturas. Tais situações servem para ilustrar a importância de nossos hospitais, e daí lembro o grande valor da rede de hospitais filantrópicos presentes em todas as regiões do estado, que estão diuturnamente à disposição dos catarinenses, nas maiores e nas menores cidades.

Os filantrópicos representam uma teia de estabelecimentos, capilarizada em todas as regiões, e são estruturas, que gozam de grande

respeito nessas comunidades, pois todos sabem onde estão presentes, e da dimensão de sua importância.

A questão é que essas instituições também estão adoecendo, precisam contar com o apoio da sociedade, suporte para continuar atuando em favor dos catarinenses, em especial dos menos favorecidos. E a luta é cada vez mais difícil, pela falta de receitas, especialmente em função da crescente defasagem da tabela do SUS, a partir da qual se dá o ressarcimento dos serviços prestados. A atualização dos valores da tabela SUS depende do governo federal, de tratativas que devem ocorrer na esfera da política federal, na Câmara dos Deputados e no Senado, em Brasília.

Aqui podemos nos manifestar, encaminhar moções e requerimentos pedindo que o governo, o ministro da Saúde ou outro foro competente de debate se manifeste pela atualização dos valores pagos através do SUS aos hospitais, mas isso não surte efeito desejado lá na ponta, onde estão os nossos hospitais, as comunidades e o cidadão simples que precisa de atendimento, da dedicação e do apoio, que faz toda a diferença.

Senhoras e Senhores, minhas colegas e meus colegas, faço esse prólogo para pedir o apoio de cada um para uma causa que está ao nosso alcance, que visa auxiliar nossa rede hospitalar filantrópica. Para que sejam partícipes de uma mudança em favor dessas instituições, que pode acontecer com a nossa ação direta, e terá consequências práticas para a vida desses hospitais num prazo relativamente curto. Falo do Projeto de Emenda Constitucional que apresentei com um grupo de parlamentares no início dessa legislatura, tanto que é a primeira proposta de alteração constitucional em tramitação esse ano em nosso Parlamento.

A PEC de n. 1 do ano de 2015 propõe a possibilidade de aproveitamento dos recursos devolvidos pelos poderes ao final de cada exercício e voltam ao caixa do Executivo para uma destinação de grande importância para a população, ou seja, que esses recursos fiquem carimbados para uso exclusivo em favor dos hospitais filantrópicos

de Santa Catarina. Vejam que nos últimos dois anos foram devolvidos por esta Assembleia Legislativa, pelo Tribunal de Contas do Estado, pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público nada menos que R\$ 184 milhões. Dinheiro que volta para o governo e, em tese, conforme muitas vezes foi divulgado, deve ir para a Saúde. Certamente a destinação desses recursos em favor dos hospitais filantrópicos seria muito bem avaliada pela população que nos acompanha.

Há duas semanas a comissão de Constituição e Justiça da Assembleia aprovou a admissibilidade da PEC dos Hospitais Filantrópicos, permitindo que essa matéria venha ao plenário, também em caráter de análise de sua admissibilidade. Para quem nos acompanha e não entende o que significa a admissibilidade, devo explicar que é uma autorização inicial para a tramitação do projeto de emenda constitucional, para que a iniciativa retorne à CCJ e posteriormente às comissões de mérito, a fim de que o projeto de alteração de nossa Constituição possa ser melhor debatido, quem sabe até mesmo em audiências públicas, e ser aprimorado, se necessário for.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Agradeço o aparte concedido.

Ressalto aqui a preocupação que v.exa. tem demonstrado ao longo dos seus mandatos com o financiamento dos hospitais filantrópicos, e agora v.exa. salienta a questão da tabela do SUS.

Conversava, neste final de semana, com um bioquímico que me dizia que na tabela do SUS há 24 anos, o valor de um hemograma é 4.11 e de uma dosagem de potássio é 1.85. Faz mais de vinte anos que isso não muda, e evidentemente os hospitais filantrópicos que atendem pelo SUS não podem continuar assim. E não são apenas com os exames de laboratório, mas se estende para todas as outras tabelas. Precisamos achar outras formas de financiamento.

Parabenizo-o pelo pronunciamento que faz.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Agradeço o seu aparte. V.Exa. está sempre presente na Assembleia Legislativa, com seu conhecimento e sua experiência como deputado federal.

(Continua lendo.)

"Mas para esse processo avançar, antes será necessária a votação em plenário da admissibilidade da PEC dos filantrópicos. Imaginem que são cerca de 182 hospitais filantrópicos presentes em todas as regiões de Santa Catarina. E, se a cada ano, por força de iniciativa deste Parlamento, conseguíssemos destinar cerca de R\$ 500 mil por hospital a partir do dinheiro que os Poderes retornam como sobras orçamentárias aos cofres do governo, tenho plena convicção de que a população respaldaria essa iniciativa!

No final de abril recebemos aqui em nossa Casa os representantes da Associação e Federação dos Hospitais do Estado, e das federações das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos. Fizemos um café da manhã que contou com a participação da maioria dos parlamentares aqui presentes e dirigentes que vieram expor a grave situação de suas instituições. E vieram para nos pedir ajuda! Essa ajuda é possível, senhoras e senhores!

Ainda hoje, lembrando aos colegas da bancada do PMDB que a admissibilidade da PEC dos Hospitais Filantrópicos foi aprovada na CCJ há duas semanas, pedi o apoio de cada parlamentar para que encaminhássemos um pedido de inclusão da matéria em nossa pauta de deliberações em plenário, para que a admissibilidade também fosse votada na Ordem do Dia de nossa sessão, abrindo o espaço para a tramitação efetiva no âmbito do processo legislativo, na CCJ e em nossas comissões técnicas. Nossa ideia é carimbar a utilização pelo Executivo de recursos extraorçamentários, pois as devoluções de nossa Assembleia Legislativa, do TJ, do TCE e do MP entram no caixa do governo como sobras, e, portanto, não há ingerência sobre o que é originalmente direcionado pela Lei Orçamentária Anual. Somente nossa Assembleia devolveu aos cofres do governo R\$ 40 milhões, em 2011, outros R\$ 40 milhões, em 2012, mais R\$ 20 milhões em

2013, e R\$ 30 milhões no ano passado. Nossa proposta conta com o apoio da Associação e da Federação dos Hospitais de SC, bem como da Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos.

Finalizo lembrando que já fui diretor do Hospital Santa Cruz, em Canoinhas, e conheço as dificuldades que passam essas instituições, por mais que as comunidades abracem suas causas.”

E sei que esse dinheiro será muito bem aplicado pelo governo do estado e pelos hospitais filantrópicos, dinheiro esse que é sobra, portanto não é orçamento novo, não é inconstitucional, ao contrário, nós estamos fazendo com que essa PEC seja constitucional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar. Parabéns pelo assunto abordado, que é de suma importância para toda a população catarinense.

A próxima oradora inscrita é a deputada Luciane Carminatti, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, hoje quero fazer um histórico da situação do magistério catarinense, tendo em vista as inúmeras angústias que temos vivenciado com relação à condição da referida categoria.

Eu quero voltar ainda a 2008 quando foi sancionada a Lei n. 11.738, a chamada Lei do Piso, e o estado de Santa Catarina naquela ocasião entrou com uma ação no sentido da não aplicação dessa lei.

(Passa a ler.)

Em maio de 2011 o Supremo Tribunal Federal determina que se cumpra a lei. A partir do entendimento da decisão do Supremo nós tivemos um dos maiores movimentos de paralisação do estado nos últimos anos, culminando com 62 dias de greve. Greve que continua em 2012, paralisações em 2013, já em 2014 não tiveram avanços. E 2015, portanto este ano, qual processo foi desencadeado?

No dia 3 de fevereiro iniciou uma mesa de diálogo com os sindicatos e os trabalhadores em educação. E exatamente no dia 12 de fevereiro, portanto, uma semana depois, o governo envia a esta Casa a Medida Provisória n. 198, mudando, alterando, suspendendo artigos da Lei Complementar n. 456, de 2009, desvinculando da carreira do magistério os profissionais ACTs, com a supressão de triênios, criando bonificações e incentivo à produtividade no caso das faltas, enfim uma série de ações que vão ao encontro do debate da retirada dos ACTs da carreira.”

Eu apenas quero lembrar que a Constituição Federal no seu art. n. 37 afirma que os admitidos em caráter temporário só são permitidos em excepcional interesse público.

Mas o fato é que o estado de Santa Catarina não cumpre esta determinação. E ano passado nós tivemos 19 mil contratos de ACTs, e neste ano, 13 mil contratos admitidos em caráter temporário, em um universo de 22 mil efetivos, quase elas por elas.

A grande pergunta que ficou nesse debate foi por que não concurso público, conforme a legislação previa, para que de fato os ACTs fossem exceção e não estivesse na mesma proporção dos efetivos?

Então, a medida provisória deu entrada no dia 12 de fevereiro. E no dia 05 de maio de 2015 nós conseguimos a revogação dos efeitos da Medida Provisória n. 198 quando o governo enviou finalmente a Medida Provisória n. 199.

O que aconteceu de lá para cá? No dia 10 de março o Sindicato dos Trabalhadores em Educação realizaram uma assembleia. E olha, voltando para trás nós estamos falando da data do dia 12 de fevereiro. A greve só foi decretada no dia 24 de março quando todas as tentativas de diálogo caíram por terra.

Além de resgatar esse início de 2015 quero relembrar que em 24 de fevereiro o Sinte nos enviou um documento e eu tenho todos os documentos aqui em mãos, da direção do sindicato pedindo que os parlamentares rejeitassem a Medida Provisória

n. 198. Em 24 de março iniciou a greve de 70 dias. E nessa greve nós tivemos um processo que ainda continua.

No dia 09 de abril também em documento enviado pela direção do sindicato pedindo que nós, parlamentares, intermediássemos a relação entre governo e secretaria da Educação, estabelecendo um canal de negociação.

No dia 28 de abril nós recebemos um documento assinado por todo o comando de greve. Portanto, por toda a direção do sindicato de todas as forças e correntes políticas do sindicato pedindo para que nós trabalhássemos quatro pontos de pauta. Quais eram?

(Continua lendo)

"Ponto 1 - Que seja instituída uma mesa de negociação que não ultrapasse 30 dias com a não retirada de direitos. E ao final do prazo seja apresentado um documento oficial conclusivo ao sindicato com o resultado da mesa de negociação. Durante este período não deverá ser enviado nenhum projeto de lei para a Assembleia.

Ponto 2 - que sejam anistiadas as faltas de 2012 a 2015.

Ponto 3 - que seja revogado o decreto n. 3593, de 2010.

Ponto 4 - que seja efetuado o pagamento do reajuste de 13,01 na carreira retroativa a janeiro."

Documento assinado por toda a direção do sindicato.

Depois disso, nós tivemos no dia sete de maio um documento assinado pela direção do comando estadual de greve elencando sete pontos de pauta. Entre os sete, quatro desses já citei anteriormente.

No dia 21 de maio nós tivemos novamente então, inclusive foi entregue aqui na sala de imprensa aos líderes dos partidos, uma manifestação às lideranças dos partidos por parte dos sindicatos dizendo que o governo contemplou quatro pontos: a retirada da gratificação do incentivo de sala de aula do ponto de vista da ação meritocrática; a tabela nos níveis do ensino médio e curta; a

Medida Provisória n. 198 e a progressão a cada três anos. Porém o governo ainda não avançou na tabela. No valor de R\$ 200 milhões na incorporação da regência que ele tem usado para fazer a descompactação.

O reajuste vinculado diretamente à variação do Fundeb até atingir 40% da diferença entre ensino médio e plena; as aulas excedentes, a hora atividade e a contratação de ACTs, enfim, são oito pontos no dia 21 de maio, e existe o pedido que os deputados também se mobilizem.

Eu resgato todo esse histórico para dizer que como sou professora, e temos dialogado sobre esse tema, nós temos que fazer a nossa parte, não dá para ficar assistindo como se a greve não existisse, e como se o governo estadual não tivesse dívidas com o magistério catarinense.

Por isso, que na semana do dia 13 e 14 de maio, nós tivemos uma conversa com o governador, eu e a deputada Ana Paula Lima, e no dia seguinte com o deputado Mauro de Nadal, presidente da comissão de Constituição e Justiça, com o vice-presidente desta Casa, deputado Aldo Schneider e com o presidente da comissão de Educação, deputado Valdir Cobalchini e eu como vice-presidente. E construímos com o governo a reabertura da negociação, o que nos cabe com certeza pelas reivindicações todas que o comando estadual da greve fez a este Parlamento.

No dia 28 de maio, nós tivemos uma reunião na quinta-feira, pela manhã, eu e o deputado Valdir Cobalchini, com o secretário de Educação, e no dia 30 de maio, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação esteve com o sindicato e secretaria de Educação. Ontem, mais uma vez quatro deputados da comissão de Educação, eu o deputado Valdir Cobalchini, o deputado Gabriel Ribeiro e o deputado Natalino Lázare, estivemos com o secretário de estado da Educação.

E nesta última reunião, o governo anunciou que a regência de classe passa a ser debatida como forma de descompactar a tabela, assim como discutir todas as cláusulas econômicas.

A contratação por aula e não mais por módulo, como havia sido anunciado, excepcionalmente, está no documento, para aulas individuais. E a meritocracia que sai da pauta e será tratada em lei especial, sai à contratação por hora e fica a contratação por módulos como era, somente em casos especiais, e a regência de classe entra como debate da cláusula na mesa de negociação.

A conclusão desse entendimento e a nossa proposta foi que o secretário anunciasse deputado Antônio Aguiar, a data da primeira reunião. E conseguimos ontem, na mesa do diálogo que o governo anunciasse a primeira reunião da mesa de negociação, que acontecerá se assim for entendimento do sindicato obviamente, no dia oito de junho.

Eu quero deixar bem clara a minha posição, e é a posição que eu explicitarei na mesa de negociação. Primeiro, a autonomia que este Parlamento tem que ter, ou seja, dialogar com o governo não significa que eu represente o governo, e tão pouco significa que eu represente o sindicato. O sindicato tem a sua autonomia para decidir os rumos do movimento e avaliar, o governo tem a sua autonomia, mas eu, como deputada neste Parlamento, tenho a liberdade, a autonomia para votar naquilo que acho que esteja de acordo.

Eu quero chamar a responsabilidade e a autonomia, as duas questões que cabem aos três envolvidos, dizer que precisamos colocar mais recursos. E eu disse ao secretário de Educação, se o governo na mesa de negociação afirmar que são somente R\$ 200 milhões, vai haver guerra. Porque com R\$ 200 milhões diante de toda dívida com a educação de Santa Catarina, haverá guerra na mesa de negociação quando forem discutir as cláusulas salariais.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, gostaria de aproveitar a tarde de hoje para retomar o tema meio ambiente, tendo em vista que entramos neste final de semana, na semana dedicada a este tema estratégico e vital para nossa sociedade.

O dia 05 de junho é dedicado ao meio Ambiente, por isso existem muitos organismos, entidades e setores da sociedade extremamente preocupados com a temática e suas consequências. Neste sentido a ONU tem construído vários relatórios e um deles trata da questão do meio ambiente, e usa a expressão "colapso ambiental", para definir a situação iminente vivida no mundo todo no que diz respeito ao meio ambiente.

Neste sentido, quero dizer que nos últimos 12 anos todos os relatórios apontam para um processo de definhamento que se acelerou a partir dos anos 1990, quando começou a haver certa situação acentuada com relação ao meio ambiente.

Conforme próprio documento a avaliação ecossistêmica que reúne pesquisa de mais de 1.300 cientistas, em mais de 90 países e entre eles o Brasil, existe a ameaça de um colapso ambiental ainda durante este século. E é por isso a preocupação cada vez maior por parte não só dos cientistas, mas de muitas organizações e entidades que trabalham e que lutam no sentido de termos cada vez mais uma política centralizada no que diz respeito ao meio ambiente.

Neste sentido os cientistas alertam para uma reação em cadeia que gradativamente vai mudando a atmosfera, o solo e o ar, até o ponto em que a vida se tornará inviável dentro do nosso planeta.

Então, esta é uma realidade estudada, trazida pelas pessoas que analisaram toda esta temática e que têm a preocupação de chamar atenção, de alertar a sociedade como um todo para que possamos construir ações, políticas para a preservação de todas as espécies. E quando falamos de meio ambiente estamos falando além do ser humano sobre tudo que existe no planeta.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera, quero parabenizá-lo por trazer esta temática à tribuna.

Obtive duas informações hoje que me deixaram preocupado. Uma delas foi que segundo o IBGE, de cada quatro brasileiros apenas um se preocupa com questões do meio ambiente. E é positiva a nossa intervenção aqui no sentido de alertar. Mas não basta alertar, é preciso agir.

Aproveito esse momento que v.exa. me dá como deferência para convidar os colegas parlamentares, para amanhã, às 15h, estarmos nesta Casa lançando a Frente Parlamentar de energias renováveis. É preciso romper com esse ciclo da petrodependência, e há várias alternativas, a eólica, solar, que estão a nossa disposição.

Então, amanhã estaremos participando de uma nova frente parlamentar, para estimular alternativas para resolver esse problema. E vem a calhar com essa proposta para o próximo dia 05, que é o dia Mundial da Ecologia.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Que bom, deputado, que v.exa. trouxe esse convite da frente parlamentar e que terá grandes desafios na sociedade diante da atual conjuntura, da situação em que estamos vivendo, não só nosso estado, mas em nível mundial, pois se trata de uma questão planetária e cada um de nós tem que fazer sua parte. Cada um no seu espaço, no seu meio de relacionamento e de convivência.

Por isso faço votos que a frente parlamentar que v.exa. estará instalando, possa construir grandes debates e políticas para o bem da sociedade catarinense, brasileira e mundial.

Gostaria também de dizer que em Santa Catarina, neste dia mundial do meio ambiente nós precisamos começar a pensar em ações mais urgentes, algumas medidas mais rápidas no sentido de podermos construir através dessas ações formas,

maneiras de preservar cada vez mais o meio ambiente.

Estaremos participando da Frente Parlamentar do Aquífero Guarani e das Aguas Superficiais, inclusive temos percorrido inúmeras regiões do nosso estado, no sentido de além de fazer o debate, fazer também o papel de conscientizadores para que sejam implementadas as devidas ações necessárias.

Neste sentido é importante a gestão hídrica em todo o estado, com investimentos na preservação dos mananciais e programas que garantam o aproveitamento das águas nas áreas urbanas e rurais, e é um dos grandes desafios.

Nós temos alguns sinais que são ainda tímidos diante do clamor existente, e que o meio ambiente nos desafia a construir no dia a dia da nossa caminhada. Temos algumas ações, mas temos que ser mais ousados e avançar.

No que trata da questão da gestão do solo, nós temos também que ter coragem de tomar uma atitude de impacto, no sentido da utilização do veneno, do agrotóxico e investir mais na política da agroecologia, da produção orgânica, porque ela está intimamente relacionada à qualidade de vida da nossa população. Temos também que investir em iniciativas que agreguem produção e consumo responsáveis. Isso me parece que é outro ponto extremamente positivo e importante.

Sistemas de aproveitamento de água, por exemplo, podem reduzir em até 70% a pressão sobre os mananciais hídricos. E é exatamente nesse sentido a importância de relacionarmos e fazermos com que a produção, de fato, esteja intimamente ligada ao consumo, mas de forma responsável. É desta forma que poderemos também garantir aos agricultores e agricultoras a assistência técnica e materiais necessários para a preservação de nascentes, rios e solo.

Então, acho que é um pouquinho nessa dimensão, que é importante construirmos ações, políticas para uma qualidade de vida sempre e cada vez melhor. Parece que isto tem que ser o centro, aquilo que norteia todas as nossas ações como

agentes políticos, independente de setor, dos entes públicos que somos desafiados a estar juntos, a promover, desta forma, uma melhor qualidade de vida a todo o nosso povo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao Bloco Social Progressista composto pelo PP e PSDB.

Com a palavra o deputado Leonel Pavan, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, Mario Marcondes, a quem saúdo em seu nome todos os demais deputados e deputadas.

Escrevi um artigo que foi publicado no jornal *Diário Catarinense*, e gostaria de fazer sua leitura. Na verdade, foi escrito em função de inúmeras conversas que tivemos com prefeitos quando da caminhada dos prefeitos a Brasília, cujo título é: Que pacto?

(Passa a ler.)

"Que Pacto?

Cada vez mais a relação entre estados, municípios e união tem-se marcado pelos conflitos. Isso se dá, sobretudo, na dimensão fiscal.

Nos últimos anos, vivenciamos conflitos relacionados à repartição das receitas petrolíferas; à indexação das dívidas dos estados com a união, à concorrência por investimentos, que se desenvolve com base em desonerações à famigerada guerra fiscal.

As disputas são tantas que chega a ser questionável que definamos a relação entre os entes federados como um 'pacto'. Que 'pacto' é esse em que os pactuantes estão todos insatisfeitos? Que 'pacto' é esse em que todos estão insatisfeitos? Um 'pacto' injusto e desigual! Um 'pacto' dos descontentes!

A submissão financeira segue-se à submissão política de estados e municípios ao governo federal.

É evidente que os governadores e prefeitos não têm como contrapor-se às 'falsas bondades' da união sem se indispor com a população. E isto em todos os estados brasileiros. Se quiserem o dinheiro, precisam seguir os ditames do governo federal. Essa é mais uma das amarras que seguram os estados e municípios brasileiros. Cadê a autonomia federativa?

Hoje em dia, o país está faminto por investimentos em educação, saúde, logística e infraestrutura. No entanto, as receitas dos estados e municípios mal cobrem as despesas de custeio. O caso dos estados é sobejamente conhecido; muitos têm problemas na prestação de serviços públicos e no pagamento de pessoal.

Focarei mais no caso dos municípios, cuja realidade frequentemente se desenvolve à margem dos holofotes públicos, apesar de dizer respeito a todos os brasileiros. Mas nós sabemos muito bem como se refere, e da forma que querem fazer, e da importância que dão aos fatos quando existem holofotes. Nesse contexto, é comum que ocasionalmente venham os investimentos federais. Acontece e é comum quando existe a questão da mídia. Mas a dependência continua, porque os municípios não têm como sustentá-los, nem no curto prazo.

As obras de creches, de escolas, de Unidades de Pronto Atendimento são concluídas, mas ficam sem uso, porque não há recursos correntes para manter essas instalações. E sobre quem recai a culpa? Sobre quem recai a culpa quanto não existem as condições de fazer os investimentos necessários para a sua cidade, para a população. Ora, a culpa recai em quem governa a cidade, a culpa recai em quem governa o estado, mas me refiro aqui, principalmente recai sobre os prefeitos, e daqueles municípios com menor poder aquisitivo.

A situação que vivem os entes federados brasileiros é, portanto, de penúria, de uma penúria crônica.

Sr. presidente, nós, homens públicos, os Parlamentos do nosso país, precisamos com urgência reformar a estrutura fiscal da federação

brasileira para que a descentralização de competências resulte em autonomia de fato para esses entes federados.

Para que, aí sim, o pacto federativo brasileiro seja digno do seu nome, de um pacto. Aí, sim, poderemos dizer, caso aconteça uma reforma de estrutura fiscal da federação brasileira, que venha beneficiar os nossos municípios, aí, sim, poderemos dizer que o pacto federativo brasileiro possa ser digno de um nome de pacto.

Caso aconteça uma reforma na estrutura fiscal da federação brasileira que venha beneficiar os municípios, aí, sim, poderemos dizer que o Pacto Federativo Brasileiro é digno de assim ser chamado.

Sr. presidente e srs. deputados, foi apresentada uma proposta pelo deputado Fernando Coruja de formarmos o Fórum Parlamentar Catarinense do Pacto Federativo. Depois de várias reuniões, houve encaminhamentos de vários deputados, e inclusive fui relator. Entregamos ao presidente da Casa para que possa dar os devidos encaminhamentos. Esse é um caminho, e talvez não precisasse ser tão rigoroso quanto colocamos, mas o fato é que no Brasil peca-se por não haver iniciativa. Por falta de coragem, o Brasil paga um preço, porque muitas vezes fala-se muito e não se age.

Fiz um artigo sobre o Pacto e publiquei no *Diário Catarinense*. Ora, os prefeitos não sabem mais o que fazer. Somos procurados por prefeitos de todos os partidos, e não apenas pelos prefeitos da oposição, mas também pelos da situação. Os problemas não escolhem o município. A crise não escolhe o destino norte ou sul, a cidade pequena, média ou grande. A crise está instalada nos municípios do Brasil."

Então, prefeitos de todos os partidos políticos estão cobrando uma solução. A população está cobrando dos seus gestores, do seu comandante uma solução para a questão das creches, da saúde, e não vemos nenhuma luz no fim do túnel. Os prefeitos que assumiram compromissos em seus

municípios veem, a cada dia, mais problemas, estão com as mãos amarradas. São raros os municípios do país que podem caminhar com suas próprias pernas. Diria que Balneário Camboriú, onde fui prefeito por três vezes, é um município que pode caminhar com suas próprias pernas, a arrecadação é grande. Talvez lá falte gestão. Nos pequenos municípios, o agricultor, o pecuarista, o trabalhador, o funcionário público, o aposentado, enfim o cidadão está procurando assistência de quem deve dar assistência, que é o poder público.

Mas que pacto é esse que estão falando? O pacto de virar as costas, o pacto político do apadrinhamento. E refiro-me à classe política em geral, nos estados e no país. É preciso que haja realmente coragem no Congresso Nacional. Todos dizem que é necessário um pacto, uma reforma, mas quando é para acontecer parece que viram as costas, intimidam-se.

Alguma coisa precisa acontecer porque, em função dessa timidez, da arrogância muitas vezes de alguns, quem paga o pato de um pacto que não acontece são os municípios.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Muito obrigado, deputado Leonel Pavan. Dizem que a prova disso foi a reforma política, pois todos falavam e na hora de votar acabaram votando contra.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Natalino Lázare.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Sr. presidente, deputado Mario Marcondes, eu queria registrar com muita satisfação a presença nas galerias desta Casa do prefeito de minha cidade, minha querida Arroio Trinta, sr. Alcidir Felchilcher, que está aqui acompanhado pelos vereadores Darci da Soler e Joarez Lidani, e ainda seu chefe de gabinete e assessor jurídico, sr. Santo Possato.

Muito obrigado, sr. presidente, por essa deferência e registro a minha alegria de tê-los aqui, pois são da minha cidade, a querida Arroio Trinta.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Sejam todos bem-vindos, com muita satisfação que os recebemos aqui os nossos prefeitos, os vereadores de nossos municípios e, principalmente do nosso município Arroio Trinta, do nosso companheiro partidário, deputado Natalino Lázare.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Sr. presidente, apenas para registrar a presença do prefeito em exercício de Iraceminha, nosso amigo, sr. Jerri Luiz Tumelero, que também está nesta Casa, assim como o vereador Solmar Sibério Hübner, nosso amigo, presidente da Câmara de Vereadores de Cunha Porã, terra do nosso deputado Mauro de Nadal.

É esse o registro sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Sejam todos bem-vindos a este Parlamento.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Mauro de Nadal, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero, primeiramente, endossar as referências feitas pelos colegas deputados, as autoridades que estão visitando o Parlamento catarinense. E dizer, também, sr. presidente, que há poucos instantes eu acompanhei atentamente a manifestação da deputada Luciane Carminatti aqui da tribuna da Casa, acompanhei seu pronunciamento lá do gabinete.

E quero endossar toda a sua fala, principalmente nos encaminhamentos que foram

feitos com a participação dos deputados desta Casa, porque numa boa parte deles nós estivemos acompanhando ao seu lado, junto com o deputado Aldo Schneider e também com o deputado Valdir Colbachini.

Mas, confesso que foram exaustivas as muitas reuniões e o resultado de todas parecia sempre migrar para um ponto positivo, ou seja, para o fim da paralisação da greve, de uma boa negociação com o governo. E o governo também foi sensível diante dos encaminhamentos, e em frente ao momento que a educação estadual estava enfrentando. Mas, em alguns momentos me frustrava a forma não apenas de manifestação, mas de ação de alguns membros do Sinte.

Eu entendo, dentro de um processo democrático, que a partir do momento que se elege alguém para comandar determinada instituição, ou governo que seja, democraticamente nós temos que também respeitar essa decisão. O Sinte teve uma diretoria eleita, mas nós percebemos ao longo das discussões que houve certo desrespeito a essa diretoria, que tinha boas intenções e que levava com zelo, principalmente, a situação do professor em Santa Catarina.

Mas, em determinado momento me pareceu transparecer uma disputa interna, já com os olhos voltados a uma nova eleição do Sinte, fator esse que eu acredito que tenha prejudicado e muito o andamento quem sabe do fim da paralisação em momento mais oportuno, ou seja, antes mesmo do que nós estamos vivenciando hoje.

Porém, quero destacar aqui o trabalho muito prestativo da atual direção do Sinte, que vem trabalhando com muita veemência na defesa dos nossos professores. Mas, essa disputa interna não é salutar para o momento em que vive os professores para uma boa compreensão daquilo que está acontecendo com o caixa do governo do estado, mais precisamente com a secretaria de estado da Educação.

Confesso que me frustrei um pouco. Eu imaginava que eleita uma nova diretoria, teria dentro do processo democrático os bons

encaminhamentos, a forma de se chegar a uma boa conclusão. Mas aquilo que foi presenciado ao longo desta caminhada me entristeceu muito.

Semana passada nós tivemos a primeira reunião dos membros da frente do cooperativismo aqui nesta Casa. Frente esta que faço parte com muito orgulho por representar principalmente o oeste e o extremo oeste de Santa Catarina e ter a nossa base de trabalho e atuação voltada principalmente ao cooperativismo que é o carro chefe de todo o cooperativismo catarinense, sem desmerecer as cooperativas de crédito, as cooperativas de saúde.

Temos aqui um colega deputado Dalmo Claro que foi presidente desta cooperativa que é a Unimed, sem desmerecê-la, é claro, mas a força do cooperativismo de produção é algo em destaque no território catarinense. E desta reunião já ficou pré-agendada uma conversa com a Ocesc para o dia 10 de junho, para a apresentação da composição.

O nosso deputado José Milton Scheffer, foi eleito presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo; eu fiquei como vice, e o deputado Romildo Titon será o secretário.

Evidentemente que nós teremos uma grande missão ao longo do próximo ano, e quem sabe até o final deste mandato, não só para fazermos a defesa do cooperativismo aqui na Assembleia Legislativa, mas, acima de tudo, de reiniciarmos um processo de conversação e discussão de projetos importantes que vão ao encontro daquilo que são as necessidades da categoria do cooperativismo catarinense.

Mas quero ressaltar que as cooperativas em Santa Catarina absorvem dentro do seu corpo associativo 1.755 mil pessoas. E tudo que o corporativismo trabalha no seu dia a dia representa 11% do PIB do estado de Santa Catarina. É algo que temos que considerar detalhadamente e muita com muita sensibilidade, dada a importância do cooperativismo para a economia do nosso estado.

Sr. presidente, quero dar destaque a uma audiência que tivemos na superintendência do DNIT de Santa Catarina relatando a difícil situação de quem precisa das rodovias federais do extremo

oeste do nosso estado, para o seu deslocamento. Falo especificamente da BR-158, da BR-282, no trecho entre Chapecó até São Miguel d'Oeste, e da BR-163, que liga São Miguel D'Oeste a Dionísio Cerqueira.

A BR-163 então nem se fala, porque nós tínhamos um projeto de obra em execução e este projeto se encontra paralisado. Espero que não aconteça o mesmo que aconteceu com o projeto das perimetrais do município de Xanxerê, ou seja, que fique parado por dois anos. E esse foi o objetivo da nossa conversa, que tenha a retomada imediata da recuperação desta rodovia, bem como, deputado Maurício Eskudlark, o pagamento das pendências que temos que o governo tem com a empresa que estava executando obras. É um efeito cascata. Essa empresa gastou no comércio, tanto de São José do Cedro, quanto de Guaraciaba, gastou nos restaurantes, oficinas mecânicas, postos de combustíveis. E sabemos como é uma empresa pequena principalmente um restaurante, se faltar em seu caixa de R\$ 30 a R\$ 40 mil, basicamente decreta a falência.

Então, tudo é em efeito cascata. E nós estivemos fazendo essa conversa para que se restabeleçam os pagamentos. Relataram que está pendente naquela obra a análise de um termo aditivo, que agora nos próximos dias deve ser concluído os ajustes desse termo aditivo. E tão logo também o restabelecimento dos pagamentos.

Mas o mais importante além de tudo isso do que restabelece o equilíbrio econômico financeiro de quem executa os trabalhos daquela rodovia é a retomada imediata da recuperação.

Nós temos trabalhos lá que já estão se deteriorando. Trabalhos esses que já estavam sendo feitos dentro dos padrões de qualidade, mas em virtude do tempo, da chuva, do sol, do trânsito intenso sobre desta rodovia este trabalho acabou se perdendo. E com isso evidentemente que nós vamos ter que fazer mais termos aditivos no futuro, o que encarecerá ainda mais a obra.

Então, precisamos dessa sensibilidade do DNIT de Santa Catarina, e tivemos nessa audiência uma boa sinalização, o que nos alegra muito.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Ouço com alegria este relato de v.exa, porque passamos a semana no litoral, chego segunda-feira e até quinta-feira ou sexta-feira faço o trajeto à Balneário Camboriú, onde tenho a minha segunda residência. E aqui temos uma rodovia duplicada, com pedágio, com valor acessível de R\$ 1,90 e todos os dias há equipes trabalhando e recuperando, deputado Mario Marcondes, enfim, é uma rodovia que está em plenas condições.

E alguns deputados viajam por todo o estado, mas talvez a população e nem todos os deputados tenham noção da situação de algumas rodovias, v.exa. tem viajado e é da região, e sabe da situação da BR-282, entre Chapecó e São Miguel d'Oeste, da BR-158, região que vai para o Rio Grande do Sul, e da BR-163.

Não há em Santa Catarina, eu acho que nenhum trecho de rodovia em tão precárias condições. Já tenho que trocar os quatro pneus do meu carro com apenas oito mil quilômetros rodados. E quinta-feira, à noite, quando eu voltava de Chapecó a São Miguel D'Oeste, no mesmo local, estava chovendo, tinha neblina, nada era visível, havia quatro veículos parados e os proprietários trocando pneus, e os donos das oficinas, das borracharias estavam dizendo que aumentou muito o serviço para eles, que consertam muitos carros.

Então, eu quero dizer que há o risco de vida, o risco de dano material, além das questões que v.exa. muito bem levantou dos danos econômicos para a região que se preparou para colher equipamentos e profissionais daquelas obras, e que hoje estão abandonadas.

Nós já fizemos uma moção nesta Casa, mas eu fico feliz com essa ida de v.exa. até o DNIT, pois há essa perspectiva de que retomem essa obra da BR-163, e principalmente a recuperação da BR-282,

que se não me engano no mês de maio era para ser aberta uma licitação, para se recuperar o trecho de Ponte Serrada até São Miguel d'Oeste, na BR-282.

Por isso, parablenizo v.exa. E precisamos ficar atentos a esta questão.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

Além da dificuldade que tivemos ano passado com a ponte que liga os dois estados, mais precisamente o município de Palmitos e Iraí ao Rio Grande do Sul, nós temos agora a dificuldade para transitar pela BR-158, a pior rodovia federal em Santa Catarina. É a pior! Isso eu asseguro, porque transitamos basicamente por toda a BR-282, daqui do litoral até o extremo oeste de Santa Catarina, e percebemos que a BR-116 está em condições, a BR-153 em condições, a BR-101, está andando tem obras em andamento, mas na BR-158, não temos nenhum contrato específico para se fazer uma restauração.

Agora, para nossa felicidade, existe o anúncio que até o dia 15 do mês de junho, deve se retomar os trabalhos de restauração. Isto é importante, e aí vamos ter que comemorar. Porque parece que, segundo informações, a empresa que venceu, embora não seja de Santa Catarina nem de estados vizinhos, é do estado de Minas Gerais, mas é uma empresa que tem qualidade no serviço que presta. Porque até então para nossa infelicidade, os serviços que foram efetuados no trecho entre São Miguel d'Oeste a Chapecó e na BR-158, não foram serviços de qualidade, e nós como deputados, representantes do povo de Santa Catarina, temos também o papel de fiscalizar. Eu estive por várias vezes fazendo esse papel e fazendo esses encaminhamentos junto ao DNIT, para que se observasse com mais detalhes o momento quando está sendo feito, realizado o serviço de recuperação nessas rodovias.

E apontamos entre o trecho de Maravilha a São Miguel d'Oeste, vários pontos onde a empresa havia recuperado o asfalto e 15 ou 20 dias depois o problema estava no mesmo lugar e mais grave do que antes. Em virtude disso ou quem sabe de uma boa

observação da regional do DNIT do extremo oeste, a empresa teve que refazer todos os seus trabalhos. E esse é o nosso papel enquanto deputados.

Mas quero voltar a esta tribuna para comemorar em dois ou três meses uma boa recuperação desta rodovia, porque o sinal dado pela superintendência do DNIT de Santa Catarina é de que as obras terão início ainda em junho. E desta vez rogamos para que possamos ter uma rodovia digna daquele povo, não só do oeste catarinense, mas de todos que usam dessas rodovias para trabalho e lazer ou até mesmo para momentos de dificuldade da saúde na busca de melhores tratamentos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Parabéns, nobre deputado pelo pronunciamento de v.exa. e pela intervenção do deputado Maurício Eskudlark. Também estive na região há quinze dias e realmente a situação das nossas BRs é muito complicada, está insuportável para transitar. Estive também fazendo este relato junto ao DNIT e é bom que este Parlamento esteja preocupado com esta situação, porque do jeito que está não há como se manter.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Jean Kuhlmann por até 13 minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, ouvintes da Rádio Alesc Digital, telespectadores da TVAL, hoje na condição de líder da bancada do PSD quero falar sobre o evento maravilhoso que realizamos ontem, que foi a nossa convenção estadual do PSD.

Ontem no centro sul, tivemos oportunidade de reunir várias lideranças estaduais como vereadores, prefeitos, deputados estaduais que aqui estão deputados federais, governador Raimundo Colombo e fazer não apenas uma convenção, mas um ato de afirmação do PSD, no qual tivemos oportunidade de mostrar nossa força e o trabalho

do PSD em Santa Catarina, e também a nossa unidade.

É um partido que vem crescendo com a liderança do governador Raimundo Colombo, que vem construindo um estado cada vez mais forte dando aos catarinenses realmente a oportunidade de crescer e de fazer com que nosso estado e os catarinenses tenham orgulho de ser deste estado e do seu governo.

Ontem, na convenção estadual do PSD tivemos um momento muito importante. Foi um evento firme, forte com as palavras do nosso presidente eleito e presidente desta Casa, deputado Gelson Merisio, com a palavra de alguns secretários estaduais, dos nossos deputados federais e também com a fala do nosso governador Raimundo Colombo que ontem de forma brilhante colocou a importância que a política tem para a vida dos catarinenses e quanto um partido político pode ajudar também a melhorar a vida das pessoas e o papel que um partido político tem na sociedade.

Por isso quero parabenizar toda família do PSD pelo evento de ontem, pelo trabalho realizado em conjunto e pela unidade, porque é somente desta forma que poderemos construir uma política saudável para os catarinenses.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Nobre deputado, ficamos muito felizes ontem com todas as manifestações. Nosso partido possui grandes lideranças, nomes que despontam para administrar nosso estado e nosso país. No entanto, é um partido que não tem divisões. E o normal seria, quando várias lideranças têm esse expoente que o PSD tem, que houvesse disputas, vaidades e brigas internas.

E nós encontramos na condução do partido, antes pelo Nelson Serpa, agora pelo deputado Gelson Merisio, também pelo governador Raimundo Colombo, essa tranquilidade no administrar, no discurso e na prática, de forma transparente e com respeito ao dinheiro público.

Então, nesta fase em que a classe política enfrenta esse descrédito tão grande, temos que valorizar as lideranças, a transparência, o zelo pelo o que é de todos. E isso temos visto tanto nas palavras do governador, quanto nas ações, seja na Assembleia Legislativa, nas secretarias, no governo do estado, a exigência, a imposição de que seja transparente, de que seja uma administração voltada ao bem público.

Vimos que as pessoas jovens que entram na política estão motivadas porque há esperança. A esperança é manter a democracia com novas lideranças, pois se sairmos da democracia qualquer outro regime ditatorial, oligárquico, não há como governar com transparência como é a democracia. É assim que tem demonstrado o PSD, inclusive, como o nosso prefeito de Apiúna, que recebeu o reconhecimento do município com a maior transparência na administração pública.

Parabéns pelo assunto levantado por v.exa.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Deputado Maurício Eskudlark, acho importante esta questão de um partido sem divisões, um partido trabalhando de forma unida. Tivemos lá a presença dos nossos mais de 50 prefeitos e mais de 50 vice-prefeitos. Nós somos quase 500 vereadores no estado.

O prefeito Nicanor Morro, de Apiúna, um município pequeno, mas que foi considerada a cidade com a gestão mais transparente do Brasil, é um exemplo de fórmula de se administrar.

Então, é muita alegria. Além disso, temos os movimentos da juventude, através do Arão e da Rose que coordenam os movimentos jovens. O partido mostrou ontem uma grande festa, um grande evento e muita unidade.

O Sr. Deputado Gabriel Ribeiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Gabriel Ribeiro - Deputado Jean Kuhlmann, o dia de ontem, foi um dia muito importante para Santa Catarina. A posse da nova executiva estadual do PDS, sob a liderança do nosso deputado Gelson Merisio e a vice-presidência do ex-deputado Antonio Ceron e a unidade do

partido demonstrada com a presença maciça dos prefeitos e dos vereadores, da bancada dos nove deputados estaduais e dos três deputados federais por Santa Catarina do PSD, foi uma demonstração clara e inequívoca da força que representa esse partido em Santa Catarina, do quanto ele tem a contribuir para o estado, não apenas na quantidade, mas pelo o que foi dito e frisado pelas nossas lideranças, pela primazia, pela gestão e austeridade com os recursos públicos.

Esse é o grande marco do PSD nas suas gestões. Que fique bem exemplificado pelo trabalho do nosso governador Raimundo Colombo a frente do nosso estado de Santa Catarina nos últimos anos. Nosso estado hoje é exemplo para o Brasil. É exemplo de um estado que realmente, num momento em que passamos por uma crise econômica, vai passando por ela, claro que não de uma maneira bem tranquila, mas passa de uma maneira dentro de uma realidade que possa honrar os seus compromissos, honrar com seus fornecedores, com seus funcionários, podendo fazer investimentos importantes para a população catarinense.

Esta é a marca do PSD, a marca da gestão pública, a marca do respeito com o cidadão, com o contribuinte e é dessa maneira que o PSD vai pautar todas as suas ações, sob a liderança do deputado Gelson Merisio, que assumiu a Presidência ontem. Não temos dúvida nenhuma, deputado Jean Kuhlmann, que o partido vai crescer muito e vai crescer com muita qualidade e benefício para Santa Catarina.

Então, parabêniso v.exa., que é o líder da bancada do nosso partido e tenho certeza de que poderemos juntos fazer com que Santa Catarina cresça ainda mais.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - E realmente nós tivemos ontem além das falas da questão política, também até a própria fala da questão administrativa, onde o secretário Antonio Gavazzoni teve a oportunidade de falar sobre esse diferencial que é a gestão de Santa Catarina, mostrando, sim, a preocupação que existe para que o estado possa continuar crescendo, mas mostrando

também as ações concretas que através da secretaria da Fazenda, através dos demais secretários o governo vem tomando no sentido de se prevenir, para que ele seja justamente o último estado a entrar na crise e o primeiro a sair dela. Esta foi a mensagem do secretário da Fazenda.

Por isso, fiquei muito feliz em ver várias pessoas participando e mostrando que nós não podemos apenas discutir política no momento desses, também temos que nos preocupar e discutir as questões administrativas para o bem de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Ouço também o deputado Ismael dos Santos, com muita alegria, companheiro de Blumenau.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Líder deputado Jean Kuhlmann, quer dizer da nossa satisfação em poder ter essa celebração ontem do PSD 55, pela força dos seus filiados.

Eu sempre digo que um partido se faz com ideias, com projetos, mas não há dúvida de que um partido só se sustenta com eleitos e eleitores, e Santa Catarina deu aos 55 essa condição, não só pelos vereadores, pelos prefeitos, mas nessa última eleição com a bancada de nove deputados e a eleição do nosso governador Raimundo Colombo.

Por tudo isso, entendemos que o PSD 55 é um partido do presente, mas também um partido do amanhã.

Obrigado!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Obrigado, deputado Ismael dos Santos.

O Sr. Deputado Gabriel Ribeiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Gabriel Ribeiro - Deputado Jean Kuhlmann, queria fazer também uma saudação aos presidentes dos partidos que se fizeram presentes ontem na convenção do PSD: deputado Joares Ponticelli, presidente do PP; Valdir Cobalchini, presidente do PMDB; deputada Angela Albino, presidente do PCdoB; deputado Paulo Bornhausen,

presidente do PSB, demonstrando realmente a integração dos partidos que fortalecem a democracia em nosso país e principalmente no nosso estado. Uma saudação e um agradecimento especial a presença dos líderes partidários.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Com certeza, além dos líderes, tivemos também a presença da imprensa catarinense, de várias lideranças o que demonstra realmente que política se faz de forma construtiva, como o próprio governador Raimundo Colombo sempre diz, e que ensinou a todos na sua fala no dia a dia: na política a briga não constrói posto de saúde, não constrói uma escola, não constrói o melhor para os catarinense, o que resolve isso é a unidade, é o trabalho, é a força, é a demonstração de espírito público, que vai, sim, construir um posto de saúde, uma escola, pavimentar uma estrada para atender justamente as pessoas que mais precisam, os mais humildes.

Fico muito feliz de poder estar aqui hoje parabenizando o nosso presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio, que assume novamente a Presidência do PSD em Santa Catarina, que tem uma missão como ele mesmo disse ontem: com muito respeito, com muita austeridade, entendendo que cada partido tem que buscar o seu espaço na política, cada partido tem que lançar os seus candidatos. Mas nós também temos que buscar os nossos espaços com relação às eleições municipais do ano que vem, tentando ter o maior número possível de candidatos a prefeitos e elegê-los para que possamos ajudar Santa Catarina a crescer.

No nosso estado hoje temos, dos quatro maiores municípios catarinenses, quatro administrados por prefeitos do PSD. Ao todo no estado, senhores e senhoras, são um milhão e setecentos mil catarinenses administrados por prefeitos do PSD. O que mostra realmente a força deste partido com os seus três deputados federais, seus nove deputados estaduais, seus mais de 50 prefeitos, dos 50 vice-prefeitos, os quase 500 vereadores, o que mostra realmente a força do PSD.

Eu desejo aqui ao nosso presidente eleito, deputado Gelson Merisio, muita força, muito

trabalho. Com certeza pode contar com o apoio de cada companheiro do PSD, de cada eleitor; de cada simpatizante e de cada filiado do PSD para que possamos construir um partido forte, mas sempre pensando no bem dos catarinenses, numa gestão eficiente, naquilo que nós e todos catarinenses esperam que seja uma administração pública em favor das pessoas que mais precisam do poder público.

Por isso, presidente deputado Gelson Merisio, sucesso na gestão; governador Raimundo Colombo, parabéns novamente por sua fala, por animar, por motivar o PSD. E quero aqui de forma muito carinhosa também, como o próprio deputado Gelson Merisio no momento de seu discurso fez, agradecer a todos os partidos que estiveram presentes, cada partido no ano que vem vai buscar o seu espaço. Isso é natural, isso faz parte do processo democrático, e nós temos que trabalhar com firmeza de proposto, mas, acima de tudo também, com humildade e respeito a toda democracia no estado de Santa Catarina, como é o catarinense um povo guerreiro, trabalhador e que sabe honrar o seu estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PT.

Com a palavra, a sra. deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, antes de me manifestar sobre um tema bem atual, gostaria que o deputado Leonel Pavan me ouvisse com relação à falta de recursos aos municípios.

Deputado Leonel Pavan, gostaria de convidá-lo para visitar duas prefeituras, inclusive uma composta com o PMDB, e a outra com o PSD, para não dizer que é PT puro. Nestas duas administrações, os prefeitos não falam em falta de recursos, em pacto federativo. Têm dinheiro em caixa, nenhum financiamento, nenhuma conta para pagar e alta

aprovação. Refiro-me à prefeitura do São João do Oeste, no extremo oeste catarinense, e a prefeitura de São Domingos.

Gostaria de dizer que a presidenta é a mesma, o governador é o mesmo, mas, além dos recursos, depende muito da gestão de cada ente federado. Então, é importante fazermos também este registro.

Além da necessidade de aumento de recursos, se não estiver junto uma boa gestão, nós não conseguiremos ter recursos que deem conta das demandas. Então, fazemos o nosso registro aqui.

(Passa a ler.)

"As manifestações de junho e julho de 2013 levaram às ruas milhares de brasileiros clamando por maior participação popular e melhor prestação dos serviços públicos por parte das nossas instituições.

A presidenta Dilma, naquele momento, trouxe para o cenário, de maneira sólida e responsável, o tema da reforma política. E por que trouxe?

Atualmente, conceitos bastantes presentes na história política brasileira, no que diz respeito às representações sociais, recaem sobre nosso sistema eleitoral atual e persistem em se manter.

Principalmente a partir das manobras realizadas pela Câmara dos Deputados na semana passada, na votação relacionada ao fim do financiamento privado e empresarial de campanha.

Os conceitos como patriarcado, que coexistem em todos os espaços da vida pública, estruturado na maioria hierárquica de gênero masculino, como o patrimonialismo, que é a conduta política de elites dominantes no exercício de funções públicas de governo, que se caracteriza pela apropriação do que é público como se fosse patrimônio privado. A oligarquia, que se traduz no poder concentrado nas mãos de um pequeno número de indivíduos, em geral com laços familiares. O nepotismo, como prática de favorecimento e distribuição de empregos a parentes por parte de pessoas que exercem cargos e funções públicas. O clientelismo, que é baseado na troca de favores e no apadrinhamento. E a corrupção como mal que acontece a partir de todos os fatores apresentados anteriormente.

Vale lembrar em nossa história recente que houve tentativas de diminuir a força desses conceitos e práticas, quando o então presidente João Goulart colocou na ordem do dia as Reformas de Base, liberais, com o objetivo de revolucionar a vida do povo brasileiro e suas representações, o mesmo foi derrubado por um Golpe Militar, um dos intuitos era justamente barrar qualquer tipo de avanço progressista no campo social e da política.

Em 1985, quando o movimento das massas pressionou pela necessidade de novas instituições no país, esse movimento foi contido pelos acordos entre as cúpulas do regime e dos extintos partidos Arena e MDB. A Constituinte de 1988 é, assim, parte dessa contenção, da 'transição conservadora', sem ruptura. As eleições para a Constituinte de 1988 foram feitas sobre regras herdadas da ditadura. De manhã, funcionava o Congresso Nacional (a Câmara e o Senado), à tarde, os mesmos congressistas formavam a Assembleia Constituinte, que não tinha soberania, pois estava sob a tutela do Judiciário e do governo saídos da transição conservadora do Colégio Eleitoral.

Apesar de avanços nos direitos sociais e alguns que ficaram somente no papel, a Constituição de 1988 preservou muitas instituições criadas ou aprofundadas pelo regime militar, como a polícia militarizada, a manutenção da estrutura fundiária e o pagamento da dívida pública. E integrou também a anistia aos militares, torturadores e assassinos, que continuam até hoje impunes.

É por isso que uma reforma política tem que estar dedicada a ultrapassar o estado herdado brasileiro, com toda a sua cultura que perpassa nas instituições já descritas aqui e alcançar um estado necessário, com maior independência e isonomia perante o povo.

Na reforma política, o maior paradigma a ser quebrado, talvez seja o fim do financiamento privado e empresarial de campanha, pois o mesmo tem em sua origem o comprometimento político do indivíduo que se tornou parte de um investimento de terceiros. O alinhamento é quase inevitável e o

que é de interesse da maioria fica para segundo plano.

Após o pronunciamento em cadeia nacional da presidenta Dilma, vários atores da sociedade civil, como partidos e movimentos sociais, articularam-se em torno dessa pauta e buscaram através de vários mecanismos (audiências públicas, projeto de iniciativa popular, entre outros) dar a autenticidade e importância que o tema exige.

Nesse percurso, a OAB pediu ao STF que avalie a Lei n. 9.504/1997 (legislação eleitoral brasileira) no item que permite às empresas privadas fazerem doações para campanhas aos partidos políticos e ao fundo partidário. A visão da Ordem é de que o sistema atual cria uma situação desigual ao permitir que pessoas jurídicas, que não são agentes diretos das eleições, tenham um peso muito grande no processo, em detrimento das pessoas físicas que são agentes diretos da política. A matéria já teve relatório favorável do ministro relator da ADI, Luiz Fux; votos favoráveis de seis ministros e um voto de divergência, aberto pelo ministro Teori Zavascki. Quando faltava a posição de Gilmar Mendes, em abril, o ministro pediu vistas, interrompendo o julgamento, uma manobra para retardar uma decisão que valeria para as próximas eleições.

O PT, por exemplo, iniciou uma coleta de assinaturas em todo o país, desde o ano passado, por uma reforma política que trazia como um dos centrais o fim do financiamento empresarial de campanha.

Vale lembrar ainda que as campanhas estão cada vez mais caras. O gasto na corrida passada (a maior da história), quando foram doados R\$ 4,83 bilhões, ultrapassou os gastos de 2012 e também de 2008.

Essa engenharia de investimento eleitoral dificulta um Congresso que possa viabilizar as reformas tão sonhadas pelo povo brasileiro.”

Por isso, esse debate a cerca do financiamento empresarial de campanha aos partidos políticos é fundamental para as reformas necessárias que o Brasil precisa.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao bloco do PSD, PR e PPS.

Não havendo deputados que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra o deputado Cesar Valduga, por cinco minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Quero cumprimentar os srs. vereadores, os srs. deputados e as sras. deputadas.

Venho a esta tribuna, sr. presidente, para falar sobre a conferência nacional do nosso partido.

(Passa a ler.)

"Os comunistas brasileiros protagonizaram no último fim de semana (de 29 a 31 de maio), um acontecimento marcante em sua trajetória pela construção de um partido de quadros e de massas influentes na vida nacional e no movimento popular com a realização de sua 10ª Conferência Nacional.

Na tradição do PCdoB, e de acordo com seus estatutos, as conferências nacionais - diferentemente dos congressos quadrienais deliberativos, são eventos consultivos que podem ser convocados quando o Comitê Central necessita de mais elementos de convicção para tomar decisões de largo alcance. Para exemplificar, a anterior conferência realizou-se em 2003, para ajudar a direção a deliberar sobre e o partido participaria ou não do governo do ex-presidente Lula. Na ocasião, concluiu-se que o centro da tática do PCdoB era o apoio ao governo do presidente Lula, com o objetivo de impulsionar a realização das mudanças estruturais que a nação reclamara na histórica eleição de 2002, ato inaugural de um novo ciclo histórico no país.

Desta feita, a conferência nacional foi convocada para atualizar a orientação adotada no 13º Congresso, no momento em que o país vive uma situação emergencial e exige luta decidida por

parte das forças progressistas para defender a democracia, o que tem por pressuposto assegurar a continuidade do governo da presidente Dilma Rousseff. E culminar o processo de renovação na presidência nacional do partido, com a substituição de Renato Rabelo pela deputada federal Luciana Santos.

O evento concluiu-se com êxito. O Comitê Central elegeu a companheira Luciana para liderar os comunistas, num período repleto de desafios e perspectivas. Quanto à linha política, há duas chaves para compreender a orientação emenda da conferência, constantes na resolução política.

A primeira é a proposta de criar uma frente ampla, que congregue as forças democráticas, patrióticas, progressistas e de esquerda e o PCdoB, os comunistas, se incluem em todas essas categorias e manifestaram-se dispostos a desempenhar seu papel agregador a fim de impulsionar a luta em defesa da democracia, da soberania nacional, dos direitos dos trabalhadores, do desenvolvimento e do progresso social. Partem do pressuposto de que a unidade do povo brasileiro é o instrumento indispensável para organizar a luta por reformas estruturais. Não há formas predeterminadas, nem é válida a cópia de modelos. A frente ampla proposta pelos comunistas tem essencialmente o sentido da unidade democrática, patriótica e popular.

A outra chave refere-se às linhas de construção partidária. Os debates da conferência convergiram no sentido de derrubar as muralhas existentes entre a ideologia, a linha política e a vida orgânica. E as divisões artificiais entre a luta de massas, a luta de ideias e a atividade institucional, compreendendo-as como vertentes indissociáveis da luta política e da construção do partido. De acordo com o documento aprovado, a partir dessas chaves, é possível superar debilidades e avançar na construção de um partido com ideologia, programa, plataforma de ação, estrutura orgânica e ligação com as massas.

A 10<sup>o</sup> Conferência Nacional abre uma nova fase no processo de construção do PCdoB. A militância

orgânica e os quadros estão chamados a cumprir papel decisivo na mobilização dos demais filiados e das massas. Como afirmou Renato Rabelo em seu informe à Conferência, "para o PCdoB o alerta é fazer valer as premissas do estatuto e da política de quadros, o fortalecimento das instâncias de direção do partido, aperfeiçoando o rico método leninista da sinergia entre a ideologia, a política, a organização e a ligação com o povo brasileiro".

Quero dizer, sr. presidente, que a 10ª Conferência do nosso partido convocou sua militância para que um novo processo na construção da democracia nos irmanamos no projeto para que possamos avançar não na política de desagregar, de desestabilizar o nosso país, mas sim de construir um país forte, com desenvolvimento econômico e desenvolvimento social.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Como faltam dois minutos para às 16h vamos suspender a sessão até às 16h, para depois reiniciarmos à Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - (Faz soar a campainha) Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 00027/2015, que dispõe veto total ao Projeto de Lei n. 0198/2014, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que institui o Sistema Localiza, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação de veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, nós vamos transformar em indicação essa nossa lei, e vamos acompanhar o governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Isto requer voto da mesma forma.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, diante da manifestação do autor, eminente deputado Antônio Aguiar, nossa orientação segue a mesma e a do governo que é voto "1", pela manutenção do veto sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	abstenção
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim

DEPUTADO LEONEL PAVAN	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MARIO MARCONDES	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 29 srs. deputados.

Temos 28 votos "sim" e nenhum voto "não" e uma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0029/2015, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0254/2007, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que altera a Lei n. 13.334, de 2005, que institui o Fundosocial, destinado a financiar programas de apoio à inclusão e promoção social, na forma do art. 204 da Constituição Federal.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, da mesma forma solicito que a lei seja transformada em indicação, e votamos um.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Com a autorização do autor, peço o voto um.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	abstenção
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MARIO MARCONDES	sim

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 30 srs. deputados.

Temos 29 votos "sim" uma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0033/2015, de procedência governamental, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0236/2014, de autoria do deputado Marcos Vieira, que altera o parágrafo único do art. 3º da Lei n. 14.262, de 2007, que dispõe sobre a Taxa de Prestação de Serviços Ambientais, para isentar da referida taxa os órgãos da administração direta do estado, bem como os hospitais e ambulatórios públicos ou que tenham finalidade filantrópica.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

O deputado Marcos Vieira não está presente neste momento, deputado Silvio Dreveck, então vamos passar para o próximo, em respeito ao deputado e votaremos em seguida, pode ser?

(O deputado Silvio Dreveck aquiesce.)

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0047/2015, de procedência governamental, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0093/2011, de autoria do deputado Darci de Matos, que assegura aos portadores de deficiência visual o direito de receber as faturas de pagamento do consumo mensal dos serviços públicos estaduais de

energia elétrica, água e gás, confeccionados no sistema braile.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação.

Qual a lógica? Qual o motivo do veto do governo, deputado Silvio Dreveck, nosso líder do governo?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sim, sr. presidente, estava aguardando um pouco, porque imaginava que o autor iria pedir para transformar a matéria em uma indicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Nós só queremos entender a lógica.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, as razões do veto pelo governador são por entender que a medida afronta a Constituição Federal no art. n. 21, Inciso XII, que atribui competência privativa da união para explorar as concessões de serviços públicos. Da mesma forma que afronta o art. n. 22, Inciso IV, que concede atribuição exclusiva para a união a legislar sobre águas, energia, telecomunicações, informática e radiodifusão.

Esta é a argumentação do governo. E encaminho a votação pelo voto um, ou seja, pela manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Silvio Dreveck, com todo respeito a v.exa. e evidentemente que também ao governo, há duas formas de interpretação a do governo, e aqui não estou fazendo, sinceramente, uma defesa do projeto do deputado Darci de Matos, mas pelo conteúdo da matéria. Se nos formos tratar como ingerência do órgão concessionário a leitura é essa, mas se formos tratar de direito do consumidor, a legislação é estadual.

E, sinceramente, num processo como este é muito mais a legislação de respeito ao consumidor que tem o direito de receber uma fatura que ele vai pagar em braile, pois não está se interferindo em preço, em locação, em nada! É apenas na relação de consumo para que um cego tenha a oportunidade de conferir o que está pagando.

Eu, sinceramente, acho, com todo o respeito ao encaminhamento ao v.exa., que seria pelo parecer da Procuradoria, mas acho que a interpretação que v.exa. deu sobre uma atribuição, não de relação de consumo, que é prerrogativa nossa legislar. Mas, sim, sobre a interferência na concessão, que eu acho, não é o caso. Mas, é uma opinião pessoal.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Concordo com v.exa., sr. presidente, essa lei não trata de água, energia, de nada! Ela trata da fatura, da cobrança.

Então, não está atribuindo, ou assumindo atribuição que seja da União. É uma atribuição do estado, da Assembleia Legislativa, também legislar nessa questão.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, o deputado Fernando Coruja.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Sr. presidente, srs. parlamentares, essa é uma matéria interessante do ponto de vista do mérito, há uma discussão sobre a inconstitucionalidade. E aqui o veto, se deu por dois motivos, segundo a Procuradoria.

O primeiro, é esse que foi aventado por v.exa., presidente, que diz respeito a questão de que o art. n. 22 prevê quais são as matérias privativas para a União legislar. E no art. 22, alega a eminente Procuradoria, que no inciso IV prevê águas, energias, informática, telecomunicação e radio fusão. É essa discussão levantada aqui.

Evidentemente, em minha opinião, estamos tratando de direito do consumidor. E o direito do consumidor, no art. n. 24, é competência concorrente. Então, se é competência concorrente a iniciativa compete também aos estados.

A outra argumentação da Procuradoria é por ofensa ao art. n. 175 da Constituição da República. Porque, o art. n. 175 é o que trata dos *direitos dos* usuários do serviço público, *que é* por excelência uma lei nacional, uma lei que tem alcance nacional e que as Assembleias não poderiam legislar.

Nós não estamos tratando aqui dos usuários dos serviços públicos *stricto sensu*. Esta discussão da diferença entre usuário e consumidor é uma questão muito polêmica no direito brasileiro, se o serviço público está sujeito ao código de defesa do consumidor. E há muitos bons intérpretes, bons doutrinadores que avançam na direção de que o serviço público está, sim, sujeito, ao Código de Defesa do Consumidor. É preciso que o serviço público trate os seus usuários, mas, também são de certa forma consumidora. E o Código de Defesa do Consumidor precisa alcançar esses usuários dos serviços públicos.

Portanto, há um grau de razoabilidade muito grande ao interpretar este veto para termos argumentos bastante sólidos, para dizer não ao veto.

Ora, esta Casa Legislativa precisa reforçar o seu poder. Nós não temos que aqui, mesmo quando temos dúvidas razoáveis, se Supremo, muitas vezes tem dúvidas razoáveis, se vota por seis a cinco. Se há dúvidas razoáveis *in dubio pro* Legislativo. Não podemos simplesmente concordar.

Então, eu acho que este é o caso típico que esta Casa tem que dizer "não" ao veto. Enquanto não conseguirmos alterar, porque está na nossa proposta, deputado Kennedy Nunes, para que em relação a águas e à energia, por exemplo, a legislação deixa de ser privativa da União, está na nossa proposta do fórum, deputada Luciane Carminatti, e passe a ser concorrente.

Então, enquanto não alterarmos explicitamente isso colocado, e aqui não é o caso porque acho que não é sobre águas, nem energia, mas sobre direito do consumidor, já falei, nós temos aqui, mesmo com dúvidas razoáveis, que ter um posicionamento que reforce o papel do Legislativo sob o risco de nós

avancarmos naquilo que se diz muito por aí de que o Legislativo não cumpre o seu papel, não tem papel quase nenhum.

Temos que reforçar o papel do Legislativo. Este é o nosso papel, o nosso dever. Acho que aqui a dúvida é razoável, e eu vou votar "não". É adequado o voto "não" para derrubar o veto do eminente sr. governador.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

Deputado, o autor, de regra, é o primeiro ou o último a falar, v.exa. quer encerrar a discussão, nós encerramos, enquanto isso vamos ouvir o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Obrigado, sr. presidente!

Eu iria exatamente falar isso, que o deputado Fernando Coruja falou. Por ser concorrente, nós temos que fazer pró-parlamento, qualquer dúvida. E eu imagino que isso não feriria nenhuma lei que exigisse, deputado Darci de Matos, que uma empresa pública fosse dar a fatura para ao seu cliente, deputado Aldo Schneider, de forma com que ele pudesse ter acesso, ou seja, em braile para o deficiente físico visual.

Então, eu entendo que temos, sim, que derrubar este veto, e quero dizer ao deputado Silvio Dreveck, o nosso nobre líder do governo, e eu faço parte da bancada governista, que existem casos e casos com relação a veto, não é porque nós estamos aqui votando contra um veto do governo neste caso específico, deputado João Amin, que estamos derrotando o governo. Não é. Nós somos extremamente poderes independentes, e quando nós legisladores produzimos uma lei, um projeto legislativo, temos, sim, que defender a nossa produção.

Por isso, quero agradecer muito ao presidente que levanta esta questão. É direito do consumidor. Estou vindo agora de uma reunião da Associação dos Supermercadistas, deputado Mario Marcondes, que

estão discutindo aquele projeto de lei nosso para ter gôndolas específicas no supermercado com alimentação *diet*, sem glúten e sem lactose.

E estamos trabalhando exatamente em cima do Código do Consumidor. Nós podemos, sim, legislar quando se trata do Código do Consumidor, a mesma lei que esta Casa aprovou, que o governo vetou, que nós derrubamos o veto, já está valendo para os cidadãos catarinenses. É o único estado brasileiro que, deputado Aldo Schneider, quando o cidadão que tem o carro segurado, bate o carro, tem direito em escolher a oficina. Entraram com ADIn e a ADIn caiu, por quê? Porque é consumidor, com direito do consumidor podemos legislar.

Parabéns, deputado Darci de Matos, por ter feito esta lei, e entendo que nós, sim, temos agora que pensar como legislativo e derrubar o veto.

Muito obrigado, presidente!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem a sra. Deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Presidente, deputados, deputadas, quero defender a derrubada do veto, primeiro, porque vai contra o espírito democrático e cidadão.

Então, que dizer que as pessoas com deficiência visual não são consumidores, não têm que pagar as suas contas, não têm que ter direito à acessibilidade.

Eu me pergunto: que assessor jurídico é esse na Procuradoria do estado que só tem um livro na sua cabeceira, só tem um olhar, só tem uma visão jurídica e não contempla a interpretação do direito hoje?

Hoje no direito brasileiro há várias interpretações. Você pode optar por um direito mais legalista, conservador e que enxerga a população brasileira, deputado Cesar Valduga, como se todos fossem iguais, como se as pessoas não tivessem dificuldades. Nós estamos falando aqui de

diferenças, mas na hora de pagar a conta esse cidadão também tem que pagar a conta.

Então, é justo que o jeito de chegar esta conta esteja acessível a esse cidadão.

Então, eu quero sugerir, inclusive, ao governo, que comece a pensar se não é o caso de contemplar outros perfis de assessoria jurídica no governo, no Poder Executivo, para que se tenha, em lei, o que a sociedade já avançou. Eu acho que a sociedade avançou mais do que o que está aqui. Que me perdoem, mas o motivo para veto é descabido, não combina com o pensamento moderno hoje, da sociedade, que é o pensamento da inclusão.

Portanto, eu quero defender a derrubada do veto em defesa e em valorização de uma cidadania que inclua as pessoas com deficiência.

O Sr. Deputado Cesar Valduga - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, o sr. deputado Cesar Valduga.

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Sr. presidente, acho que primeiramente temos que cumprimentar e parabenizar pela intervenção, até porque se trata, realmente, de um projeto que permite a inclusão social. E, ao mesmo tempo, é uma questão apenas de mudança no sistema e que não vai gerar, não vai onerar o Poder Executivo. Ou seja, não vejo a inconstitucionalidade ou a ilegalidade do projeto, pois se trata de inclusão social, permitindo, enfim, a inclusão daquelas pessoas que tanto lutam. E como coloca o deputado Kennedy Nunes, é uma questão de direito do consumidor.

Então, só nos resta parabenizar a iniciativa do deputado Darci de Matos, analisando os trâmites e a questão da legalidade e constitucionalidade, tendo em vista a derrubada do veto, sr. presidente.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Peço a palavra, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, o sr. deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, eu não quero fazer um comentário da importância do projeto, até porque quase todos que nos sucederam

fizeram explicações claras, transparentes e convincentes.

Então, apenas gostaria de dizer que nós, da bancada do PSDB, queremos acompanhar a independência da bancada do governo, nós acompanhamos a maioria da bancada do governo.

Votamos contra o governo, votamos não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Só para contribuição, antes de votarmos e finalizarmos o projeto, o deputado Darci de Matos, como autor, vai falar só depois da votação.

A Assembleia Legislativa está fazendo um trabalho na Casa, exatamente no sentido oposto do que propõe o veto. Nós estamos encontrando formas de termos na Casa o modelo de acessibilidade. E a grande dificuldade que estamos encontrando é exatamente na questão dos deficientes visuais, encontrar a melhor ferramenta para ter acessibilidade a todas as instalações da Casa de forma autônoma aos visitantes.

Mas há um esforço de todos os funcionários, de todos os colaboradores neste sentido. Sinceramente, também deveria ter da Casan, da Celesc e de quem tem um serviço com o consumidor. Então, acredito sinceramente que isso é uma contribuição com o governo. Mesmo que venha depois sofrer uma ADIn, que eu acho um absurdo alguém entrar para requerer ADIn, mas vale pelo puxão de orelha na Celesc e na Casan, por não ter iniciativa de fazer um presente como esse, até porque não é universalizado, é só para quem solicitar. Duvido que alguém que não tenha um cego na família vá solicitar uma fatura em braile.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto, os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CESAR VALDUGA	não
DEPUTADO CLEITON SALVARO	não
DEPUTADO DALMO CLARO	não

DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	não
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADO LEONEL PAVAN	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MARIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	não
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 31 srs. deputados.

Temos três votos "sim", 28 votos "não". Está derrubado o veto.

Sr. deputado Darci de Matos, v.exa. como autor do projeto, tem a palavra para fazer a sua manifestação.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, eu quero agradecer. Eu votei sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -  
Votou "não".

Votou "sim" ou votou "não"?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pela derrubada  
do veto, é obvio.

Sr. presidente, eu quero agradecer as palavras  
dos nobres deputados defendendo o projeto, e  
utilizar uma frase que v.exa. falou numa reunião,  
há algum tempo, nesta Casa, dizendo que ser  
governo não significa concordar com tudo aquilo  
que o governo faz.

Então, em alguns momentos nós temos que  
corrigir a rota do governo, e como diz o deputado  
Kennedy Nunes, ninguém aqui está contra o governo,  
ou a favor do governo, essa não é a essência do  
debate neste momento, nós somos favoráveis a uma  
ação de inclusão, e a essência desse projeto é uma  
ação de inclusão dando a possibilidade de os  
deficientes visuais receberem as suas faturas em  
braile. Exatamente isso.

E o charme, o diferencial do Parlamento é  
exatamente a divergência. É na divergência que  
crescemos e avançamos. Então, com todo o respeito  
ao eficiente, dedicado e fiel líder do governo,  
deputado Silvio Dreveck, entendo que neste  
momento, derrubando o veto, valorizamos o trabalho  
excepcional da comissão dos Portadores de  
Deficiência desta Casa, presidida há alguns anos  
pelo deputado José Nei Ascari, e das ações desta  
Casa no sentido de promover a inclusão daqueles  
que muitas vezes não são atendidos ou incluídos  
pela sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -  
Consulto o deputado Antônio Aguiar se podemos  
deixar a apreciação da Mensagem de Veto n.  
0049/2015 para amanhã.

(O deputado aquiesce.)

Da mesma forma, o deputado Marcos Vieira  
solicitou que a matéria que tínhamos aberto a  
discussão ficasse para amanhã.

Está retirada da pauta de hoje também.

Discussão e votação em turno único da Mensagem  
de Veto n. 0066/2015, de procedência  
governamental, que dispõe sobre veto total ao

Projeto de Lei n. 0015/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari, que dispõe sobre a obrigatoriedade da realização do exame denominado teste da linguinha, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o sr. deputado José Nei Ascari.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Da mesma forma. Peço a retirada desta mensagem de veto da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está retirada da pauta, assim como estão todas as demais mensagens de veto.

Votação em turno único do Projeto de Lei n. 0039/2015, de autoria do deputado José Nei Ascari, que declara de utilidade pública a Associação Coral Balneário Piçarras.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único de Projeto de Lei n. 0054/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro, que declara de utilidade pública a Associação Unidos Contra o Câncer, de Criciúma.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único de Projeto de Lei n. 0066/2015, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária Itoupavazinha Dona Eli Vicente, de Blumenau.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único de Projeto de Lei n. 0069/2015, de autoria do deputado Valmir Comin, que declara de utilidade pública a ONG Für Gott Arbeit (ONG FGA), de São José.

Ao projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único de Projeto de Lei n. 0081/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti, que declara de utilidade pública a União de Associados pela Cidade Saudável (Unisocial), de Correia Pinto.

Ao projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0123/2015, de autoria do deputado José Nei Ascari, a ser enviado ao secretário de estado da Segurança Pública, solicitando informações acerca da normatização do credenciamento de empresa de vistoria de veículos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0124/2015, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso, a ser enviado secretário de estado da Educação, solicitando informações sobre os cursos de informática disponíveis nas escolas da rede pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0125/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado e outras autoridades, solicitando informações relacionadas à perfuração de poços artesianos no estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0070/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada ao presidente da Casan, pedindo a retomada das negociações entre a Casan e o Sintaema, visando atender as reivindicações dos trabalhadores do setor.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 493, de autoria do deputado Leonel Pavan; 494, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 495, 510 e 511, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 496, 497, 498 e 499, de autoria do deputado Gean Loureiro; 500, 501 e 507, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 502, 503, 504, 505 e 506, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 508, de autoria do deputado Cleiton Salvaro; e 509, de autoria do deputado Mario Marcondes.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 421 e 422, de autoria do deputado Valmir Comin; 423, de autoria do deputado Manoel Mota; 424, de autoria do deputado Fernando Coruja; 425, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 426 e 427, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o deputado Fernando Coruja.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Fernando Coruja, o próximo inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

E, a partir de agora, o deputado Valmir Comin preside a sessão.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, público presentes nesta Casa, no dia de hoje.

Eu quero registrar que no final de semana tivemos importantes notícias de políticas públicas e investimentos federais no nosso oeste catarinense, como no último sábado um ato importante em Xanxerê com o anúncio e a liberação de casas pelo programa Minha Casa Minha Vida para as famílias atingidas pelo tornado que passou por aquela cidade há algumas semanas e deixou centenas de famílias desalojadas.

Então, queremos registrar este momento importante com a presença da presidente Dilma Rousseff, inclusive em Xanxerê e, agora, os ministros e lideranças anunciaram e já entregaram a primeira casa construída naquele município. Assim, quero louvar, valorizar e reconhecer essa presença ativa do governo federal. São mais de R\$ 4 milhões anunciados para a construção de mais de 90 casas em Xanxerê e Ponte Serrada, acolhendo e trazendo tranquilidade para essas famílias e agilidade na resolução do problema, tanto para as famílias que não perderam totalmente suas casas que já, praticamente, todas foram recuperadas, os telhados que foram retirados ou destruídos pelo vento e, agora, a construção das casas novas.

Assim, isso demonstra tanto a agilidade, mas também esse grande compromisso da presença do governo federal no nosso estado. E nós queremos a mesma agilidade e a participação com recursos também do governo do estado neste programa, nesta política de recuperação da nossa querida cidade de Xanxerê, Ponte Serrada e outras cidades, mas principalmente as duas que tiveram mais famílias atingidas.

E, também, ontem, nós estivemos na cidade de Chapecó onde teve um belo evento. Mais de 95

famílias de agricultores familiares foram atendidos, eles assinaram os seus contratos de habitação rural do PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural do Minha Casa, Minha Vida. Quando falam por aí os nossos adversários que o governo vai acabar com o programa Minha Casa, Minha Vida isso apenas vem reforçar, como o ato de Xanxerê, a atividade de Chapecó com 95 famílias de agricultores com subsídios de até R\$ 28,5 mil com recursos para a construção das suas casas.

Nós vimos o brilho nos olhos e a felicidade das famílias. E o que nos chamou atenção, ontem, em Chapecó, foi o grande número famílias jovens, casais com filhos pequenos assinando o seu contrato de habitação. Isso mostra a vida longa para a nossa agricultura familiar e na nossa produção de alimentos nas propriedades familiares, especialmente nos municípios de Irati, Xavantina, Campo Erê, Guaraciaba e de outros municípios que tiveram, ontem, essa bela notícia e assinatura dos contratos com a presença de toda a equipe da Caixa Econômica Federal; da Noemi Aparecida Lemes, que coordena o PNHR dentro da referida instituição em Brasília. É uma pessoa de Santa Catarina que conhece profundamente a agricultura familiar e os seus desafios.

Então, parabéns à agricultura familiar, à Fetraf-Sul, à Cooperhaf - Cooperativa de Habitação, à Caixa Econômica Federal, os sindicatos, as lideranças que se empenharam e que continuam lutando, como quando tivemos a duas semanas acompanhando toda a mobilização das organizações em Brasília, buscando mais políticas públicas para melhorar a condição de vida da nossa agricultura familiar.

E outro assunto que quero trazer aqui, nesta tribuna, hoje, é ressaltar o belo e grande encontro realizado na última sexta-feira à noite e no sábado aqui pelo nosso partido, o PT, no plenário Antonieta de Barros.

Foi um encontro extraordinário com a presença do Marco Aurélio Garcia que é assessor especial das Relações Internacionais do governo da presidente Dilma Rousseff, que veio aqui fazer

todo um debate das perspectivas do próximo período tanto do governo da presidente Dilma, dos investimentos que Brasil terá no próximo período, os desafios que nós temos na política, na economia, quanto da organização do nosso partido.

Esse desafio é que o partido tem que continuar o seu papel, a sua função de ajudar o povo brasileiro, especialmente o que mais precisa da presença do governo seja da agricultura familiar, do campo, sejam as pessoas da cidade na geração de emprego, na luta a favor dos trabalhadores, como é a luta contra a Lei n. 4330 das terceirizações que tira renda, que tira condições de vida dos nossos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras.

Em termos de políticas públicas, temos que fortalecer o ensino técnico, fortalecer as nossas universidades, ampliar o direito à educação dos nossos jovens brasileiros. Enfim, o conjunto das políticas da saúde e da segurança pública. Os temas que nos preocupa com o futuro como temas que estão em pauta como o presidente da Câmara quer, mais uma vez, empurrar goela abaixo além da reforma política, a questão da redução da maioria penal que nós queremos, sim, debater com a sociedade brasileira.

Então, foi um grande encontro, com participação extraordinária de lideranças de todas as regiões de Santa Catarina. Tivemos também um encontro com lideranças, como prefeitos, vice-prefeitos na última sexta-feira a tarde com o nosso partido.

Queremos aqui cumprimentar o nosso presidente Cláudio Vignatti, que vem conduzindo tão bem o nosso partido, todas as lideranças da executiva estadual, o diretório e todos os filiados que estiveram neste final de semana neste encontro aqui em Florianópolis.

Parabéns, partido, pelo belo encontro. E com certeza grandes desafios o partido tem pela frente, para o ano que vem nas eleições municipais e em 2018, o Brasil possa continuar no ritmo de crescimento e desenvolvimento e de melhorias especialmente de melhoria de vida do povo brasileiro.

Então, parabéns ao encontro. Parabéns ao partido que realizou esse belo encontro na noite de sexta-feira e no sábado aqui durante o dia em Florianópolis, aqui nesta Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, colegas parlamentares, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Digital Alesc, nesta sessão ordinária de terça-feira.

O assunto que trago à tribuna, sr. presidente, caros colegas, é a respeito do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, o SAMU 192.

(Passa a ler.)

"Ele foi criado em 2003, como parte da política nacional de atenção a urgências; o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, SAMU/192, tem ajudado a reduzir o número de óbitos, o tempo de internação em hospitais e as sequelas decorrentes da falta de socorro.

A rede Nacional SAMU 192 conta com serviços de atendimento móvel de urgência no Brasil, presentes em todos os estados e no Distrito Federal. O serviço é oferecido pelo governo federal, em parceria com governos estaduais e prefeituras, com a finalidade de prover atendimento pré-hospitalar à população.

Em Santa Catarina temos oito centrais regionais de regulação de urgência do SAMU, de abrangência do SAMU, de abrangência macrorregional: Chapecó, Florianópolis, Criciúma, Joinville, Blumenau, Balneário Camboriú, Joaçaba e Lages.

Era essa a intenção que em alguns estados estão funcionando adequadamente, não é o caso do estado de Santa Catarina, que são as centrais atendendo os municípios circunvizinhos.

Além dos SAMUS regionais, o estado conta com uma equipe do SAMU estadual e outra do SAMU aéreo.

E esta configuração desse atendimento era baseada em alguns preceitos, entre eles que a

gestão e financiamento seriam tripartites, ou seja, entre o governo federal, o Ministério da Saúde, o governo do estado e os municípios de Santa Catarina.

Também que a coordenação e gerência estadual caberiam à secretaria de estado da Saúde, assim como a coordenação e gerenciamento macrorregional.

O financiamento do Samu, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, em Santa Catarina seria realizado através da seguinte pactuação: As centrais de regulação e as UTIs Móveis com recursos do ministério da Saúde e também com recursos do governo do estado, enquanto as unidades de suporte básico, pelo ministério da Saúde e pelos municípios”.

Então, as centrais de atendimento pelo Ministério da Saúde e pelo governo do estado, e o serviço básico de urgência seria pelos municípios e ministério da Saúde.

(Continua lendo.)

“Neste modelo, deputado Ismael dos Santos, 100% gratuito e público, garantiu a diminuição da mortalidade em neonatos com cardiopatias congênitas, e de pacientes com acidente vascular cerebral, que é o conhecido AVC e de infarto agudo do miocárdio, a melhoria da qualidade no transporte de pacientes graves, a resolução dos problemas de resposta às urgências nas macrorregiões do nosso estado.

Infelizmente em 2012, o Samu de Santa Catarina teve o seu serviço terceirizado, sua gestão foi transferida, repito infelizmente, para a empresa SPDM, Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, que possui outros atendimentos no estado, por exemplo, terceirizando hospitais que eram de responsabilidade do estado, que são os hospitais estaduais, mas esta empresa não atende adequadamente a nossa população, nem nos hospitais terceirizados e muito menos o Samu, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.

E desde então, vem causando, no nosso entendimento, uma série de prejuízos à população catarinense”.

Estão ocorrendo grandes reclamações desse atendimento após ter sido terceirizado para a SPDM.

(Continua lendo.)

"A SPDM mudou para pior os parâmetros de qualidade, como o tempo maior para início dos deslocamentos das unidades, após uma chamada ser tratada pela central de regulação.

Diminuiu para 50% o mínimo de respostas móveis, enquanto que a série histórica do Samu quando era gerenciado pela Secretaria de Estado da Saúde, o atendimento era de 70% à população.

Hoje, o Samu em Santa Catarina atende menos as pessoas. E o estado quanto paga por esse serviço?

O Samu 100% público custava ao estado, srs. parlamentares, R\$ 3 milhões ao mês para a garantia de todos os serviços.

Hoje, depois que foi terceirizado esse serviço para a SPDM, foi precarizado, pois atende menos à população, e também custam 300% mais caro para o governo do estado de Santa Catarina. A SPDM hoje recebe por mês do governo do estado para atendimento desse serviço, o valor de R\$ 9,5 milhões por mês e não está atendendo adequadamente a nossa população.

Descontado os recursos oriundos do Ministério da Saúde para o custeio de centrais de regulação e unidades de suporte avançado, as UTI Móveis, a contrapartida do governo estadual passou a ser de R\$ 7,9 milhões por mês. Um aumento, conforme cálculos feitos pela comissão de Saúde desta Casa, de R\$ 5,9 milhões para manter o Samu terceirizado e atendendo menos a nossa população."

Então, cálculos feitos pela equipe da comissão de Saúde desta Casa demonstram que, num superfaturamento, no mínimo, R\$ 30 milhões por ano são gastos com o Samu, para essa empresa fazer um atendimento precário à população. Uma situação insustentável que precisa ser revista e responsabilizada.

Na última reunião da comissão de Saúde fiz esse questionamento ao secretário de estado da Saúde que foi evasivo na sua resposta. A secretaria de estado tem débito com os municípios

na atenção básica e débitos com os pequenos hospitais filantrópicos. Diz que tem dificuldades para pagar essas dívidas, mas joga R\$ 30 milhões por ano a uma empresa terceirizada.

O Samu, quando iniciou os trabalhos em Santa Catarina e era administrado pelo estado, era mais barato e atendia bem a população. Hoje, além de representar um custo maior, é motivo de muitas reclamações. A população catarinense merece mais explicações e respostas, e a secretaria de estado da Saúde deve isso a todos nós. Repito, fiz essa pergunta ao secretário da Saúde e a resposta foi evasiva.

Amanhã, na comissão de Saúde estaremos recebendo o sr. Cesar Nitschke, responsável pela implantação do Samu em Santa Catarina, onde fará uma explanação sobre o Samu em Santa Catarina, no passado, no presente e no futuro. Diversas autoridades foram convidadas e, a partir do debate, a comissão deliberará sobre os encaminhamentos necessários à resolução desse grave problema que estamos enfrentando desde o ano em que foi terceirizado esse serviço que deveria ser gerenciado pela secretaria de estado da Saúde, com recursos que vêm do governo federal.

Infelizmente, essa situação não pode continuar, porque a população está sofrendo muito com o mau funcionamento desse serviço. Além disso, os funcionários que trabalham lá estão sendo muito mal remunerados.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, público que acompanha esta sessão, gostaríamos de registrar, nesta tarde, o evento realizado em Blumenau, na última sexta-feira, promovido pela Cruz Azul, que contou com a presença do secretário nacional de Políticas sobre Drogas, o dr. Vitore Maximiano e a senadora Gleisi Hoffmann, do Paraná. O evento reuniu

técnicos, especialistas, dirigentes de comunidades terapêuticas.

Na ocasião, celebramos os 130 anos da Cruz Azul no mundo, pois começou na Suíça esse trabalho de comunidades terapêuticas. E a Cruz Azul, no Brasil, que tem sua sede em Blumenau, promoveu esse evento na última sexta-feira para tratar da Resolução n. 01/2015, do Conad, que fala sobre o marco regulatório das comunidades terapêuticas no país.

Há uma década, se discute qual a tipificação, aonde se enquadram as comunidades terapêuticas, e apenas agora conseguimos esse documento forjado a partir de amplo debate com o Conselho Nacional de Medicina, com o Conselho Nacional de Psicologia, enfim com as associações e federações de comunidades terapêuticas do país.

O Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - Conad - estabeleceu então alguns fundamentos que passam a valer a partir do momento em que houver a análise do gabinete do ministro da Justiça e a publicação pela presidência do Conad.

Este texto foi aprovado pelo Conad na reunião do último dia 05 de maio, e trás alguns esclarecimentos necessários para os nossos dirigentes, fundadores, enfim, para aqueles que querem se envolver com comunidades terapêuticas.

Entre outras questões quero destacar aqui, nesta tarde, que o nosso Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad), determinou que as entidades que realizam o acolhimento de pessoas, em caráter voluntário, com problemas associados ao uso nocivo ou dependência de substâncias psicoativa, caracterizadas como comunidades terapêuticas.

Sendo pessoa jurídica, sem fins lucrativos, é importante esse destaque e que apresentem entre outras características:

Primeira: A adesão e a permanência voluntária.

Segundo: um ambiente residencial de caráter transitório, quem é acolhido numa comunidade terapêutica tem que ter essa perspectiva de que não é algo permanente.

Essas casas precisam ter os seus programas terapêuticos de acolhimento. E é interessante a definição, a nomenclatura, deputado Cesar Valduga, não se admite mais falar em internação. Porque isso cabe a uma clínica de reabilitação, uma ferramenta hospitalar, mas, sim, acolhimento.

Havia também a nomenclatura de residentes que caiu por terra. Então, passa a valer a partir dessa resolução a normativa, o conceito de acolhimento desses dependentes químicos. Buscando sempre a promoção do desenvolvimento pessoal, focado, como disse, no acolhimento de pessoas em situações de vulnerabilidade, com problemas associados ao uso, ou a dependência de substância psicoativa.

O Conad, também, estabeleceu que as entidades que oferecem serviços assistências de saúde, ou se executarem procedimentos de natureza clínica distintos dos serviços previstos nessa resolução não serão considerados como dados terapêuticos.

Nós temos alguns casos aqui em Santa Catarina, em que comunidades terapêuticas acabam misturando o seu trabalho a sua atuação na área médica e isso passa a ser proibido. Somente devem ser acolhidas pessoas que façam uso nocivo, ou seja, dependentes de substâncias psicoativas.

O Conad também estabelece que sejam obrigações as entidades que promovem esse acolhimento possuir e cumprir um programa de acolhimento. Informar de modo claro quais os critérios de admissão garantir a participação da família, isso é muito importante. E incentivar desde o início do acolhimento o vínculo familiar e social.

Permitir a visitação de familiares. Manter os ambientes de uso dos acolhidos livres de trancas, chaves, ou grades, é outro detalhe que queremos alertar. Comunidade Terapêutica precisa ser de portão aberto. Não praticar, ou permitir castigos físicos, psicológicos, ou morais.

Manter a equipe multidisciplinar, aí entra a questão do assistente social, do psicólogo. Enfim, uma formação condizente com as atividades oferecidas no programa de acolhimento.

Outro detalhe importantíssimo nessa questão da nova resolução do Conad, é que o acolhimento não poderá exceder o limite de 12 meses do período de 24 meses. Isto é, o interno, o colhido, não poderá estar mais do que 12 meses nesta comunidade terapêutica.

Ainda sobre os acolhidos, a resolução determina que sejam direitos das pessoas acolhidas interromper o acolhimento a qualquer momento. Se o acolhido disser não quero mais estar, ficar no programa, ele tem essa liberdade.

A privacidade, inclusive, no tocante ao uso de vestuário, objetos pessoais, as atividades de capacitação de promoção da aprendizagem, informação e as práticas inclusivas que são aquelas que buscam, e que tem como objeto inserir e reinserir esse acolhido na sociedade, buscando o seu resgate, a formação de novas habilidades profissionais práticas ou para a vida e o aprendizado de novos conhecimentos de modo a promover o empoderamento e o desenvolvimento das habilidades sociais do acolhido.

Essas normativas, eu apenas fiz aqui uma síntese das principais, como disse: passam a valer a partir da determinação do ministro da Justiça que fará a análise com a consultoria jurídica do ministério da Justiça e seguirá então para a publicação da presidência do Conad, Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas.

Queremos parabenizar os grupos de trabalho, tivemos a oportunidade de participar de alguns debates em Brasília ao longo desses últimos meses e, finalmente, sai do forno esta proposta tão desejada e buscada pelas comunidades terapêuticas no Brasil, numa tipificação de forma normativa que chamamos de Marco Regulatório Histórico que define o que de fato é e o que faz uma comunidade terapêutica, conforme a Resolução 01/2015.

Desejamos os nossos parabéns à Senad Especial, à secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, na pessoa do sr. presidente, o secretário Vitore Maximiano, que conseguiu dialogar com as diferentes propostas ali colocadas, como disse, pelo conselho de Medicina, pelo conselho de

Psicologia, pelas federações das comunidades terapêuticas e chegamos a um documento razoável para o futuro do Brasil no que diz respeito ao tratamento de dependentes químicos em nosso país.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Comin) -  
Obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.